

Em busca de saídas

por José Casado
de São Paulo

Presidentes de cerca de oitenta dos maiores grupos empresariais privados do País, nacionais e estrangeiros, marcaram um encontro a portas fechadas, às 19 horas de hoje, em São Paulo, para discutir a viabilidade política de um acordo econômico de curto prazo.

Pretendem produzir uma proposta mínima de política econômica, com caráter emergencial, que possibilite alguma margem de estabilidade nas contas nacionais nos próximos nove meses — período caracterizado pelo epílogo da transição política para o regime democrático, com a eleição presidencial, o fim do governo José Sarney e a posse do sucessor eleito, em março de 1989.

Nos próximos dias, devem encaminhar um documento com o resumo de suas sugestões ao presiden-

te do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, e ao presidente da República, José Sarney, formalizando uma "contribuição" a um eventual acordo político sobre a gerência da economia no curto prazo. Se realmente acontecer, esse acordo deverá ser negociado e assinado pelos partidos políticos.

O que os une, após uma sucessão de tentativas fracassadas de "pacto", três diferentes "choques" econômicos, uma moratória externa executada e outra em perspectiva — prevista para setembro —, é a confluência das possibilidades de hiperinflação e recessão econômica na etapa entre a eleição presidencial e a posse do sucessor de Sarney.

Entre os convidados para a reunião de hoje estão presidentes de grupos como Votorantim, Pão de Açúcar, Bradesco, Volkswagen, Carrefour, Mesbla, Sendas, Fenícia, Maison-

nave, Pernambucanas, Cottia, Paes Mendonça, Itaú, Bardella, Gerdau, Springer, Sharp, Ultra, Villares, Metal Leve, Monteiro Aranha, Odebrecht, Camargo Corrêa, Itamarati, Bamerindus, Klabin, Rhodia, Unibanco, Brasmotor, BCN, Alpargatas, Bunge y Born, Cutrale, Safra, Vrig, Mappin e Gradiente.

Os convites foram individuais, feitos pelos presidentes de entidades empresariais paulistas.

A ideia começou a ser efetivamente trabalhada em maio passado, época marcada por uma sucessão de episódios políticos delicados, como o atentado terrorista a um monumento operário em Volta Redonda (RJ).

Uma reflexão sobre o desgaste político do governo federal e sua virtual impotência diante da crise, que ameaça agravar-se, levou alguns a sondar o próprio presidente Sarney sobre sua aceitação a uma

iniciativa de política econômica emergencial nascida no Congresso. Houve um "sinal verde" do Palácio do Planalto. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) assumiu a articulação formal, abriu negociações com os partidos políticos — que se mostraram relutantes —, assiste à mobilização empresarial e a conversas preliminares com líderes trabalhistas.

"O caso da Argentina é exemplar, estimulante e serve como um alerta para aquilo que desejamos evitar", resume Romeu Trusardi, da Associação Commercial de São Paulo.

E uma questão de consciência, observa Abram Szajman, da Federação do Comércio: "Precisamos tentar uma alternativa".

A agenda da reunião prevê uma análise da crise a partir de seus desdobramentos político-eleitorais, o exame das perspectivas econômicas no curto prazo (fechamento do mercado nacional, expansão dos subsídios estatais, avanço do déficit público, dificuldades de administração das dívidas interna e externa) e, também, um debate sobre o grau de imobilidade do governo federal na gerência da economia.

É possível, ainda, que se avance para a discussão de uma nova proposta de recuperação de perdas salariais, para recuperação de pelo menos parte do poder aquisitivo que os trabalhadores perderam com o Plano Verão.

Trata-se, na prática, de uma operação política à margem do Palácio do Planalto, mas que não se choça com o interesse do presidente da República. Quanto às chances de êxito, só o tempo pode determinar.